

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.346 - SP (2019/0281682-7)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : CARLA HANDEL MISTRORIGO E OUTRO(S) - SP109092
RECORRIDO : HSUL EMPRESA TEXTIL LTDA
ADVOGADO : MARCONI HOLANDA MENDES E OUTRO(S) - SP111301

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela Fazenda do Estado de São Paulo, com base na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 240):

Agravo de Instrumento - Execução Fiscal - Contra decisão que entendeu pelo não cabimento de honorários advocatícios em favor da ora agravante, em razão do parcial acolhimento da exceção de pré-executividade apresentada - Decisão que determinou que a FESP atualize o valor do débito tributário com o afastamento da Lei 13.918/09 e aplique a taxa Selic - Admissibilidade da pretensão - Inteligência do princípio da causalidade - Cabimento de honorários advocatícios, ante o proveito econômico obtido - Artigo 85, § 3º, inciso I, do Código de Processo Civil - Determinação reformada neste ponto - Recurso provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 271-274).

Alega a recorrente ofensa ao art. 85, § 8º, do CPC/2015. Sustenta, em síntese, que é exorbitante o valor dos honorários advocatícios.

Apresentadas contrarrazões às e-STJ, fls. 294-300.

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fls. 337-338), foram os autos remetidos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

O acórdão impugnado, em causa na qual é parte a Fazenda Pública, fixou os honorários advocatícios sob o seguinte fundamento (e-STJ, fls. 241/242):

Verifica-se, do teor do processo, que a Magistrada afastou a aplicação da Lei 13.918/09 e determinou sua substituição pela taxa Selic, para a devida incidência sobre o débito tributário da agravante. Nesta toada, uma parte da execução foi extinta, cabendo, no caso, o teor do artigo 85, § 3º, I, do CPC, *in verbis*: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. § 3º Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, de rigor a condenação da Fazenda do Estado de São Paulo ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o proveito econômico obtido, nos termos do artigo 85, § 3º, inciso I, do Código de Processo Civil.

Tal decisão está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, que "[...] é pacífica no sentido de que, nas causas em que a Fazenda Pública for litigante, os honorários advocatícios devem ser fixados observando-se os parâmetros estampados no art. 85, § 2º, *caput* e incisos I a IV, do CPC/2015 e com os percentuais delimitados no § 3º do referido artigo" (AgInt no AREsp 1.424.719/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 21/5/2019).

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.
2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).
3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.
4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor

Superior Tribunal de Justiça

da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp 1.746.072/PR, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Min. RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/2/2019, DJe 29/3/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, e na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator